

DA DISPENSA DAS CUSTAS PROCESSUAIS

Adriana Sette da Rocha Raposo (*)

Diversos e contraditórios têm sido os julgados no tocante às reclamações improcedentes ou extintas sem julgamento do mérito, em que o reclamante figura como parte sucumbente e que, em regra, haveria de arcar com o ônus respectivo, ou seja, com as custas processuais.

Para apreciar a questão com Justiça, adotaremos o princípio da legalidade.

Observa-se, preliminarmente, que a Lei 7115/83, a qual versa sobre declaração de pobreza, é geral e não teve o condão de revogar a Lei 5584/70, que dispõe sobre a assistência judiciária na Justiça do Trabalho e é específica. Uma lei geral não revoga uma lei especial, a teor do § 2º do art. 2º da Lei de Introdução ao Código Civil.

Desta forma, a Lei 7115/83 não pode servir de fundamento jurídico ao processo trabalhista.

O art 14, da Lei 5584/70 dispõe, "in verbis":

"Na Justiça do Trabalho, a assistência judiciária a que se refere a Lei 1060, de 5 de fevereiro de 1950, será prestada pelo sindicato da categoria profissional a que pertencer o trabalhador.

§ 1º. A assistência é devida a todo aquele que perceber salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ficando assegurado igual benefício ao trabalhador de maior salário, uma vez provado que sua situação econômica não lhe permite demandar, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

§ 2º. A situação econômica do trabalhador será comprovada em atestado fornecido pela autoridade local do Ministério do Trabalho e Previdência Social, mediante diligência sumária, que não poderá exceder de 48 (quarenta e oito) horas.

(*) - Adriana Sette da Rocha Raposo é especialista em Direito Público, ex-Juíza do Trabalho na 10ª Região e Juíza do Trabalho Substituta na 13ª Região

§ 3º. Não havendo no local a autoridade referida no parágrafo anterior, o atestado deverá ser expedido pelo Delegado de Polícia da circunscrição onde resida o empregado" (grifei)

Da legislação supracitada, se extrai dois requisitos para a concessão do benefício da Justiça Gratuita, quais sejam, primeiro: que o reclamante receba uma remuneração não superior ao equivalente a dois salários mínimos por mês (condição), e segundo: que prova a sua situação econômica através de atestado fornecido por autoridade do Ministério do Trabalho ou Delegado de Polícia (meio).

Neste sentido, conclui-se que a lei não conferiu poderes ao Juiz para averiguar a situação econômica do trabalhador, no que prescreveu corretamente, pois o Juiz não conhece os litigantes para saber a sua real situação econômica. Por outro lado, o Ministério do Trabalho e os Delegados de Polícia, estes sim, trabalham em contato com o dia-a-dia das pessoas.

Na Justiça do Trabalho, permitir que o reclamante, declare a sua situação de pobreza sob as penas da lei, implica em legislar em branco, posto que em caso de falsidade da referida declaração, incompetente seria o Juízo especializado para apreciar e decidir sobre o ilícito praticado. Ademais, fatalmente, provocaria o chamado abuso de direito, vez que também é incompetente o Juiz do Trabalho para apreciar o conteúdo da declaração de pobreza.

Justo portanto, a exigência da Lei que determina que a situação econômica do trabalhador deverá ser provada através de declaração do Ministério do Trabalho ou do Delegado de Polícia, se for o caso.

Por outro lado, provar o estado de pobreza com as anotações da CTPS, é desaconselhável e temerário, pois em regra, quando da propositura da ação trabalhista, os reclamantes se encontram em situação de desemprego, a qual no curso

do processo, principalmente da execução, pode ser diferente, isto é, pode o autor perceber mais de dois salários mínimos ou se transformar empregador, enfim, se tornar capaz de arcar com o ônus da sucumbência.

A razão de existir das custas processuais é o interesse público, não podendo ficar a critério de um Juizado não especializado na matéria, a análise e deferimento da isenção destas.

Sem fundamento o medo de alguns no cumprimento do supra transcrito dispositivo legal, pois nenhum dano irá causar ao hipossuficiente, pois a responsabilidade do cidadão brasileiro, por dívida, está restringida ao seu patrimônio, não atingindo a pessoa, salvo na hipótese de dívida de alimentos e infieldepositário, o que implica dizer que a execução das custas processuais, só irá atingir a quem tiver condições de suportá-la e não aos que não têm tal condição, sendo tal proteção uma garantia constitucional.

Ressalta-se que o processo de execução tem meios de defesa e recursos próprios, capazes de identificar o pobre na forma da Lei.

Por fim, entende-se que o sistema legal vigente sobre Justiça gratuita, estabelece critérios objetivos (declaração pública), para se aferir a situação econômica da parte sucumbente, e então poder o Juiz do Trabalho, com segurança, isentar ou não o reclamante sucumbente do ônus das custas processuais.